



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
 Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
 Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303-4841



Brasília, 09 de julho de 2012.

Ao SEPROT: SENADO 019555/12-1



1019555121

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização do convênio de participação da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP no Projeto de Modernização Legislativa – PML.

Atenciosamente,

CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE
 DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
 Chefe do SEPROT
 Senado Federal

Edifício Interlegis, Anexo E, Senado Federal, Via N2, 70.165-900 – Brasília -DF
 Tel: (61)3303-2599 Fax: (61)3303-2710 www.interlegis.leg.br

SEPROT/SENADO
 AUTUADO COM 14 FLS
 ASS. Cláudio Alves Cavalcante

SENADO FEDERAL
 10 JUL 09 26
 SECRETARIA ESPECIAL ADMINISTRAÇÃO
 PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP
NO PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO
DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA -
PML.

CONVÊNIO: SP Nº 282/ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, em Brasília - DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis - SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Avenida da Saudade, nº 1004 - Ponte Preta - CAMPINAS - SP - CEP: 13.041-670, CNPJ: 49.425.994/0001-87. Representada por seu Presidente, Vereador THIAGO DE MORAES FERRARI, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenentes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR - Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenentes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;

[Assinaturas manuscritas em azul]



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as consequências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 04 de julho de 2012.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador THIAGO DE MORAES FERRARI
Presidente da Câmara Municipal de
CAMPINAS - SP

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de CAMPINAS - SP
(carimbo)

Israel Mazzo
Diretor Geral

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos



[Handwritten signature]



ANEXO I

Plano de Trabalho

Câmara Municipal de CAMPINAS - SP

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de CAMPINAS - SP e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de CAMPINAS - SP, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível III do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de CAMPINAS - SP assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

5. Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
6. Disponibilizar os produtos e respectivas atualizações de softwares desenvolvidos pelo Interlegis;
 - 6.1 Implantação do Portal da Câmara.
 - 6.2 Implantação de sistema de apoio ao processo legislativo.
7. Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
8. Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
9. Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
10. Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
11. Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
12. Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
13. Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
14. Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.
15. Prestar suporte técnico na elaboração de Planejamento Estratégico para a Câmara de Vereadores;
16. Prestar suporte técnico na elaboração de Plano Diretor de Informático;
17. Prestar suporte técnico na elaboração de Diagnóstico das necessidades de capacitação;
18. Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Capacitação;
19. Prestar suporte técnico à organização e normatização de orientações para organização do gabinete parlamentar.
20. Prestar suporte técnico na estruturação e implantação de serviço de Ouvidoria;



4.2 Câmara Municipal de CAMPINAS - SP

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;
- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de CAMPINAS - SP poderá ser certificada no Nível II do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível III.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;



- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de CAMPINAS - SP, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa, de acordo com o nível de maturidade selecionado.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



FOLHA EM BRANCO



ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre à sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 05 de julho de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **THIAGO DE MORAES FERRARI**
Presidente da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 015.140/12-1. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação. Objeto: contratação de serviços odontológicos para o Senado Vitalício Alvo, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor do CEPO - Centro Integrado de Prevenção e Reabilitação. Fundamentação legal: caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Recebido por Walter Roberto Valente Jesus, Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal e substituído por Doris Mariza Romariz Palato, Diretora-Geral do Senado Federal.

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de dia 29/06/2012, página 207, seção 3, EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Processo Nº 017.207/12-4, onde se li: "no valor total de R\$ 8.334,00 (oito mil trezentos e trinta e quatro reais)", ler-se: "no valor total de R\$ 8.354,00 (oito mil trezentos e cinquenta reais)". As demais informações permanecem inalteradas.

1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº: MS - 285/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de NOVA ANDRAJINA - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador DARIO HONORIO, Presidente da Câmara Municipal de NOVA ANDRAJINA - MS.

ESPÉCIE: Convênio nº: MS - 284/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de NOVA ANDRAJINA - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ADRIANO PALDIPOLI, Presidente da Câmara Municipal de NOVA ANDRAJINA - MS.

ESPÉCIE: Convênio nº: MS - 283/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de DOURADOS - MS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador IDENOR MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de DOURADOS - MS.

ESPÉCIE: Convênio nº: MT - 280/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de BARRA DO GARÇAS - MT.

ESPÉCIE: Convênio nº: PA - 286/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de CASTANHAL - PA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador NIVAL SETUBAL NORONHA, Presidente da Câmara Municipal de CASTANHAL - PA.

ESPÉCIE: Convênio nº: SP - 242/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de CAMPINAS - SP. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador TITO AGUIAR DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/transparencia/>, pelo código 000320/2012050154

SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador TITO AGUIAR DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de CAMPINAS - SP.

ESPÉCIE: Convênio nº: BA - 281/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interleigo e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interleigo II e a Câmara Municipal de AMARJOSA - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interleigo II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 04/07/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cláudio Luzena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ANTÔNIO CLOVIS ANDRADE SAMPÃO, Presidente da Câmara Municipal de AMARJOSA - BA.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato n. 103/2009 celebrado entre o STF e a empresa Distintas Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo 130.553). Objeto: Alteração dos valores dos brigadistas particulares do STF. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: Vigência: 04/07/2012. Assinatura: Pelo STF, Sr. Alcides Dierz da Silva - Diretor-Geral, pelo Contratada, Sr. Edison Mariza de Almeida.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 493012

O Pregão do STF consistiu que no Pregão Eletrônico nº 493012 - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de roupas de serviço da saúde (lavanderia hospitalar) - declarou vencedora a empresa LAVANDEIRA CIRURGICA LTDA. Resulta de 04 de julho de 2012.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES

(SIDEC - 04/07/2012) 049001-0001-2012NE000012

PREGÃO Nº 742040

A Proposta do STF consistiu que no Pregão Eletrônico nº 742012 - Contratação da empresa para prestação de serviços de consultoria para o Plano de Assistência à Saúde a Beneficiários Sociais do Supremo Tribunal Federal - STFMAD - o Diretor-Geral de Secretaria, com fundamento no parecer da Assessoria Jurídica, decidiu acolher o recurso interposto pela empresa SIMAS MARCONI DE OLIVEIRA GOMES, e no endereço eletrônico www.stf.gov.br, declarou vencedor do contrato a empresa PP CONTABIL LTDA. ME.

VIRGINIA DE OLIVEIRA DANTE

(SIDEC - 04/07/2012) 040001-0001-2012NE000012

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Supremo Tribunal Federal torna público o Aviso de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico n. 692612, referente Ata de Registro de Preços n. 142/2012 e Processo Administrativo 247.153; Objeto: Aquisição de peças para impressoras HP e Lexmark. Vigi Laser Produtos e Serviços de Informática Ltda. - ME. CNPJ: 11.623.884/0001-96. Item 1, 2, 5, 9, 10, 17, 18, 19, 21, 22 e 23. Valor: R\$ 49.961,30. Assinatura: Vigência: 04/07/2012.

ANDERSON VIDAL CORRÊA
Secretaria

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Conselho Nacional de Justiça torna público o Aviso de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico n. 342012, referente Ata de Registro de Preços n. 17/2012 e Processo Administrativo 246.370. Objeto: serviço de transporte rodoviário local de carga. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/93. Ata de Registro de Preços e Transportes Ltda. CNPJ: 10.781.353/0001-20. Item 1. Valor: R\$ 99.000,00. Data de Assinatura: 5/7/2012. Vigência: 2/7/2012. Registrado pelo CNJ. Miguel Augusto Fonseca de Campos - Diretor-Geral; pelo Fornecedor: Everton Jorge Antunes da Costa - Secretário.

MIGUEL ALBERTO FUNESCA DE CAMPOS
Diretor-GeralTRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃOAVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 903012 - UASG 070001

Nº Processo: 23392011 - Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços, em todo o território nacional, de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter objetivo como emergencial, em hospitais e clínicas, em apartamento individual com banheiro privativo, sem incluir despesas relacionadas às críticas, aos beneficiários regularmente inscritos no Tribunal Superior Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, condições e preços constantes no Termo de Referência - Anexo I deste edital. Total de Itens Licitados: 00000 - Edital: 05/07/2012 de 08:00 às 12:00 e de 13 às 17:30. Endereço: Sítio São Q, 97 Lote 1 e 2 - 4º Andar BRASÍLIA - DF - Entrada das Propostas: a partir de 05/07/2012 de 08:00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 18/07/2012 de 14:00 no site www.comprasnet.gov.br - Informações Gerais: Confere edital.

(SIDEC - 04/07/2012) 070001-0001-2012NE000004

PREGÃO Nº 602012 - UASG 870001

Nº Processo: 89432012 - Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de impressoras para impressão laser Canon, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Total de Itens Licitados: 00015 - Edital: 15/07/2012 de 08:00 às 13:30 e de 13h às 17h30. Endereço: Sítio São Q, 07 Lote 1 e 2 - 4º Andar BRASÍLIA - DF - Entrada das Propostas: a partir de 05/07/2012 de 08:00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 18/07/2012 de 08:00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Confere edital.

LILIAN ZEIDAN DE OLIVEIRA
Pregador

(SIDEC - 04/07/2012) 870001-0001-2012NE000004

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No processo nº: 12.688/2011. Objeto: Contratação da Programa Mestrado Acadêmico. Contratado: Centro Salmunha de Mestrado - Insperaria São João Bosco. Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 1.262.486,16 (um milhão duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos). Recontratação da Dispensa em 3/7/2012, por Washington Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Administração. Referência: em 3/7/2012, por Alcides Dierz da Silva, Diretor-Geral.

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHOS

Nota de Empenho Ordinário nº 2012NE061315, emitida em 3/7/2012. FAVORECIDO: Rio dos Capangos Comércio e Indústria de Têxteis Ltda. OBJETO: Aquisição de cachaças. VALOR: R\$ 23.444,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.112/90, PA. 1587/2011.

Nota de Empenho Ordinário nº 2012NE081217, emitida em 3/7/2012. FAVORECIDO: Quissara Lâmparas Quissara Ltda. OBJETO: Serviço de coleta e análise laboratorial e bacteriológica de amostras de água. VALOR: R\$ 432,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.112/90, PA. 9943/2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 783012

Contrato e resultado de licitação em epígrafe: VENCEDORAS: Sapiens Comercial LTDA - EPP, item 7, 28, 29 e 30; Start Up Sapiensnet de Informática Ltda. - ME, item 33; Infonova Ferramentas e Automação Ltda., item 4 e 5; Fiel Comércio e Importação de Alimentos para Padaria, item 3, 7, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 31, 32, 43, 44, 49, 50, 52, 63; Paço Papelaria Ltda., item 17 e 43; Ativa Bêbê Informática, Eletrônicos e Papelaria Ltda. EPP, item 8, 9 e 30; Indústria e Comércio de Materiais para Escritórios P&P Ltda., item 18, 19, 20, 28, 44 e 21; WM Comércio de Papelaria e Informática Ltda - EPP, item 6, 21, 24, 47, 48, 53, 54, 55, 56; J2 Comércio de Utilidades Ltda., item 1, 27, 29, 34, 35, 36, 37; Ponto Produtos para Limpeza e Descartáveis Ltda., item 15 e 16; Rio Branco Comércio e Indústria de Papelaria Ltda., item 51; Marcos Araújo Colares, item 38. Item fracionado: item 1, 22, 26, 32, 39, 40, 42, 46, 62, 64, 65, 66 e 67.

RAPCHIE HREMGARTNER ALENCAR
Pregador

(SIDEC - 04/07/2012) 650001-0212-2012NE000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CEPROT/DOENAS
AUTUADO COM
ASS. *[Assinatura]* FLS